



Solidariedade com os 11 de Lisboa

As 11 pessoas detidas na manifestação anti-autoritária contra o fascismo e o capitalismo de 25 de Abril de 2007 serão julgadas o 7 de Dezembro

No próximo dia 7 de Dezembro de 2009, inicia-se em Lisboa o julgamento do processo instaurado pelo Ministério Público contra as onze pessoas detidas aquando do ataque policial contra a manifestação anti-autoritária contra o fascismo e o capitalismo em 25 de Abril de 2007. Estas onze pessoas são acusadas de «agressão, injúria agravada e desobediência civil» e merecem toda a nossa solidariedade.

Recordemos os factos:

Em 2007, o incremento da força social e política da extrema-direita em Portugal alarmou muitas pessoas. Para além do crescimento numérico dos skins nazis,

das suas intimidações e do peso mediático do partido de extrema-direita PNR, recordamos a polémica em torno da criação do museu em homenagem ao ditador Salazar em Santa Comba Dão e a eleição deste mesmo ditador como «maior português de sempre» num concurso televisivo.

Todo este ambiente motivou a convocatória de uma manifestação para o dia 25 de Abril de 2007, cuja mensagem era clara: contra o fascismo, mas também contra o capitalismo e contra toda a autoridade.

A manifestação teve início às 18 horas quando finalizava o habitual cortejo comemorativo do 25 de

Abril de 1974, protagonizado por sindicatos, partidos e associações de esquerda na Avenida da Liberdade da cidade de Lisboa. Algumas centenas de pessoas concentraram-se na Praça da Figueira e arrancaram em direcção ao Chiado com dezenas de bandeiras negras e várias faixas.

Na faixa que encabeçava a manifestação lia-se «Desmascarar a democracia/Atacar o fascismo/Combater a autoridade/Defender a liberdade»; noutra podia ler-se «Racismo é ignorância/A nossa pátria é o mundo inteiro».

Quando entrou na Rua do Carmo, a manifestação contava certamente com mais de 500 pessoas, de tal forma que as caras dos com-panheiros anarquistas se perdiam numa imensa maioria de desconhecidos. O ambiente era formidável. Ainda na rua do Carmo cantou-se a «Grândola, vila morena» do cantor antifascista Zeca Afonso, cujos versos «Terra da fraternidade / O povo é quem mais ordena / Dentro de ti, ó cidade» ganharam verdadeiro significado, ecoando estrondosamente numa das zonas mais aburguesadas de Lisboa.

Alarmada perante o conteúdo desta manifestação, consequente-

Segue na página 8



Cruzar a raia

Direitos d@s traballador@s portugueses no estado español

Este artigo pretende ser unha guía práctica e **moi básica** para que as persoas de nacionalidade portuguesa que traballen no Estado español coñezan os seus dereitos. Por extensión, poden-se aplicar estes dereitos a todos os inmigrantes da Unión Europea.

En canto ás críticas á lexislación vixente nesta materia, son óbvias desde unha perspectiva anarcosindical e internacionalista. Non obstante, e dado que a intención deste artigo consiste en que @s traballador@s coñezan con claridade os dereitos que a lexislación lles otorga, non se vai entrar en valoracións. En todo caso, hai que ter presente que:

- 1) Todo o que se di neste artigo refírese ás **condicións mínimas**. É dicir, pode ser que no contrato se pacten condicións máis beneficiosas.
- 2) Cando se fala de lei española, fai-se referencia tamén aos Convénios Colectivos.
- 3) A nacionalidade, **en principio e con matices**, non é o rele-

vante, senón a residencia. 4) O dito neste artigo é a solución a supostos xerais e **só nas situacións descritas**. A resposta noutro Estado, incluso europeo, será diferente.

5) As respostas aportadas neste artigo refíren-se ás circunstancias máis comúns, non ás excepcións. Así, por exemplo, se á empresa española para a que traballa unha subcontrata portuguesa é-lle aplicábel un convenio colectivo de eficacia limitada, pode ser que non sexa **legalmente** posíbel impor a súa aplicación á subcontrata para os traballadores contratados por esta en Portugal. A resposta neste suposto tamén variaría de se tratar dunha ETT.

Pero este tipo de convénios de eficacia limitada son **tan escasos** no Estado español que é mellor non te-los en conta para non facer a lectura demasiado complexa. En caso de dúbida, o mellor será acudir ao sindicato.

Segue na página 5



Mil milhões passam fome

Os números da ONU mostram, não um progresso, mas um **retrocesso** ao longo dos últimos 40 anos no que respeita à habitação, à saúde, à alimentação

1,02 mil milhões de pessoas têm fome em 2009, segundo o último relatório da Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Programa Alimentar Mundial (PAM), referido pelo jornal português PÚBLICO na sua edição de 15/ Outubro. O número de esfomeados em todo o planeta subiu 9% desde o ano passado e, olhando para as últimas décadas, ultrapassou, mesmo em números absolutos, o que se verificou no período 1969/71.

É perfeitamente clara a origem desta situação.

Já no final de 2008 Jacques Diouf, director da ONU-FAO, denunciava um **aumento de 75 milhões de pessoas** a passar fome em 2007, comparando com 2006, afirmando que bastaria «investir 30 mil milhões de dólares por ano para duplicar a produção alimen-



tar e eliminar a fome no mundo» uma gota de água comparada com a soma fabulosa de **700 mil milhões de dólares** injectados, em Outubro de 2008, na finança e na banca americanas para as «salvar» da «crise» que elas próprias provocaram... isto apenas nos Estado Unidos da América (EUA), que imediatamente foram secunda-

dos nesse afã de «salvadores» por muitos outros países.

E onde acabou esse dinheiro? De imediato, ainda para falar só nos EUA, metade dessa soma foi direitinha para os bolsos de banqueiros, capitalistas, gestores,

Segue na página 3

Piratas ou corsários?

Notas breves

Contra o que di a SGAE, as cópias piratas non existen. Só existen realmente as **cópias corsárias**, posto que todos e todas pagamos o canon por cada CD pou DVD virxe que mercamos:

ese canon equivale ao pago dunha patente de corso, que nos autoriza a abordaxe, saqueo, pillaxe, e afundimento de calquer barco mercantil (ou sexa, produto comercial) que se poña a tiro.

Regulación de emprego estilo Marbella

Un coñecido hotel de Marbella foi comprado por un empresario procedente do este de Europa. A súa primeira decisión foi despedir a tres cuartas partes do persoal. A cousa é que os traballadores piden axuda a un importante sindicato, quen envía a un representante ao hotel. Déronlle

unha malleira e botáronno fora: fin da negociación. Claro está, non é casualidade que isto ocorra en Marbella... Atentos a este novo método de relacións laborais: inda habemos voltar ás vellas épocas dos pistoleiros da patronal, nas que a CNT respondeu como debe ser.



Anarco-Sindicalista

Anarco-Sindicalista é uma publicação conjunta de **Solidariedade Obreira**, órgão da **Confederación Nacional do Traballo da Galiza (CNT-AIT)**, e de **Boletim Anarco-Sindicalista**, publicação da **Associação Internacional d@s Trabalhador@s - Secção Portuguesa (AIT-SP)**

Solidariedade Obreira

Boletim Anarco-Sindicalista
"As transformações que nos levam a um mundo novo - Durruti"

Dep. Legal: C-984-2006
Impresso em Compostela, Novembro 2009

Enderezos da AIT-SP en Portugal

Porto

Rua dos Caldeireiros, 213 4050-141 PORTO
E-mail: terraviva@aeiou.pt

Lisboa

Correspondência: Apdo 50029 1701-001 LISBOA
Tel. +351 934428525
E-mail: aitport@yahoo.com

<http://ait-sp.blogspot.com>

Toda a correspondência para o Boletim Anarco-Sindicalista da AIT-SP deve ser enviada para o apartado ou o E-mail de Lisboa. O Boletim pode ser descarregado da Internet, a partir do número 22, em <http://ait-sp.blogspot.com>

Enderezos da CNT na Galiza

Comité da Rexional Galáica

cr@cntgaliza.org
www.cntgaliza.org

Blog hosteleria e comércio: <http://cnthosteleria.blogspot.com/>
Blog Sección TVE Galicia: <http://cntrtvegalicia.blogspot.com/>

A Coruña

Rua Washington, 36, baixo 15002 A CORUÑA
Tel/Fax: 981 90 40 44
Correio Electrónico: corunha@cntgaliza.org
Correspondência: Apdo 928 15080 A CORUÑA

Compostela

R/ Garcia Prieto, 24-28 15706 COMPOSTELA (A CORUÑA)
Tel: 981 590 910 Fax: 981 534 256
Correio Electrónico: compostela@cntgaliza.org
Correspondência: Apdo 590 15780 COMPOSTELA (A COR.)

Vigo

R/ Príncipe, 22, 1º Local 34 36202 VIGO (PONTEVEDRA)
Tel. e Fax: 886 116 558
Correio Electrónico: sov@vigo.cnt-ait.es

Lugo

R/ Ramiro Rueda, 15 entrenchán - dta. 27002 LUGO
Tel: 650 269 807
lugo@cntgaliza.org
Blog: <http://cntlugo.blogspot.com/>

Pontevedra

R/ Paserteria, 1 (Edif. dos Sindicatos), 3º andar 36002 PONTEVEDRA
Tel: 607 511 678
pontevedra@cntgaliza.org
Blog Sección sindical Universidade de Vigo, Campus de Pontevedra:
<http://cntunivigo.blogspot.com/>

Betanzos

Rúa San Francisco 40-1º 15300 BETANZOS
Apdo 95 15300 BETANZOS (A CORUÑA)
betanzos@cntgaliza.org
Blog: <http://cntbetanzos.blogspot.com/>

Ferrol

Avenida de Esteiro, 10, baixo 15401 FERROL (A CORUÑA)
Correspondência: Apdo 147 15401 FERROL (A CORUÑA)
ferrol@cntgaliza.org

Mapa de localização



Pode-se fazer sindicalismo no Ensino Público sem morrer de vergonha?

Sobre os protestos nas Escolas Oficiais de Idiomas da Galiza

Uma greve de dois dias e diversas ações de protesto estão a juntar um pouco de sal e pimenta ao início deste ano académico nas Escolas Oficiais de Línguas (EOIs) da Galiza. A circular 5/2009, enviada pela Consellería de Educación do governo autónomo da Galiza (A Xunta) em pleno mês de Julho aproveitando as férias escolares foi o desencadeante da contestação das escolas afetadas e a grande maioria dos docentes.

Do ponto de vista estritamente laboral, a circular 5/2009 vem incrementar os horários letivos dos professores, sem qualquer negociação prévia, contradizendo textos legais hierarquicamente superiores, e recorrendo a mentiras «trabalham apenas treze horas por semana» para desprestigiar publicamente os professores e professoras. As consequências irão, porém, mui para além de meras alterações de horários dos professores com vaga fixa: um de cada cinco trabalhadores interinos e substitutos das EOIs poderia ficar sem emprego nos próximos anos, de acordo com os objetivos em termos de redução de pessoal¹. E já do ponto de vista social, as escolas oferecerão menos cursos, em faixas horárias menos atraentes para o público, e com a perda de qualidade decorrente do caos gerado com estes novos horários. Resultado final: escolas privadas para os ricos e os pobres que se lixem. Afinal, para que interessa manter uns estabelecimentos em que pessoas «pouco produtivas» podem aprender línguas a baixo custo?

A água choca em que se está a cozinhar este pote de caldo é a vitória do Partido Popular nas eleições autonómicas galegas de Março de 2009, o que vêu acelerar os cortes orçamentários já iniciados durante o anterior governo «bipartido», do PSOE e BNG Bloque Nacionalista Galego. Não espanta, portanto, que os sindicatos mais afins ao anterior governo (sobretudo a CIG, sindicato nacionalista galego próximo do BNG) fossem os primeiros a convocar uma greve para os dias 9 e 10 de Setembro, à qual aderimos a imensa maioria dos professores das EOIs.

O papel dos sindicatos oficiais

Ora bem, os que participamos nas «caçaroladas» e ações de protesto convocadas para os dias da greve fomos testemunhas das manobras raposeiras de alguns sindicalistas profissionais do ramo do ensino (CIG, UGT, CCOO, ANPE)², despregando toda aquela colorida penugem de faixas, bandeiras e consignas com que conseguem estar sempre em primeira fila ali onde eles forem.



Com esta crítica não queremos atingir os militantes dos tais sindicatos, mas os seus «quadros»: eles espalham-se como uma grossa camada de ketchup a estragar o caldo, qualquer coisa de pegamento e pesadíssimo que impede que as berças, os grelos e as patacas dem um pouco de chispa a essa água choca. É louvável a naturalidade com que assumem que eles já são qualquer coisa à margem dos trabalhadores, a flu-tuar numa espécie de purgatório das relações laborais: «avisade-nos de todo o que ides fazer, pois temos que organizar a nossa agenda» [proferido tal qual]. Em vez de «darem» o seu apoio parece que «imponhem» o seu apoio. Só os sindicalistas do STEG (um sindicato de trabalhadores do ensino público, de origem trotskista), a meu ver, mostraram uma atitude em todo momento respeitosa, consultando aos trabalhado-res antes de darem um passo no seu nome e contendo-se na exibição de simbologia sindical.

A organização dos trabalhadores

Esse primeiro passo, temos que reconhecê-lo, talvez não se tivesse produzido sem o apelo inicial dos sindicatos, tendo em conta a escassa cultura organizativa do coletivo docente. O reverso da medalha é que se o coletivo docente não tem qualquer capacidade organizativa é por causa do efeito sucedâneo diretamente resultante da existência de tal burocracia sindical. Ainda bem, no entanto, que nas mobilizações que se seguiram à greve os trabalhadores fomos ganhando uma maior iniciativa. Destaca, entre essas ações de protesto, a organização de encerramentos de dois dias e duas noites em cada uma das escolas, em datas não coincidentes para prolongar o tempo de contestação. O primeiro encerramento, celebrado em Ferrol a 6 e 7 de Outubro, tivo

grande repercussão nos meios e ainda entre os alunos da escola, se quadra muito mais do que a greve, pois a atividade letiva não foi interrompida e o ambiente reivindicativo invadiu fisicamente os espaços: tendas de campismo, sacos-cama, atividades especificamente relacionadas com os protestos, etc.

Outras medidas de contestação adotadas incluem a recusa a assinar horários, declaração -polos claustros- do conselheiro da educação como «pessoa não grata», ou recolha de assinaturas. Ainda que estas ações foram decididas numa assembleia celebrada sob a tutela dos sindicatos da mesa setorial, a implicação direta dos trabalhadores no desenvolvimento das mesmas é muito maior do que numa greve convencional. Nalguns casos o peso das decisões cabe aos claustros ou direções dos centros, mas noutros foram criadas assembleias (Santiago, Lugo) ou comissões informais de professores para as levar avante.

A superação do corporativismo

Consoante o envolvimento direto dos docentes se torna maior verifica-se uma mudança de um discurso centrado nos aspetos técnicos da circular para uma maior atenção às repercussões que o novo quadro normativo terá nos alunos e na qualidade do ensino. Por exemplo, de 8 pontos incluídos numa folha reivindicativa polos professores encerrados em Ferrol, sete diziam respeito ao impacto social dos cortes e só um às consequências laborais para os docentes. Em muitos casos, de fato, o pessoal mais revoltado é aquele menos diretamente atingido pela circular -funcionários públicos com vaga. Por causa das dinâmicas do sindicalismo convencional, somos sempre levados a ver a sombra do corporativismo por trás de qualquer protesto no ensino público. Por muito, porém, que assim seja nalguns casos, também se constata que no ensino, como noutros ramos profissionais, as vozes que dissentem costumam provir dos bons e boas colegas de trabalho, conscientes de que as vantagens laborais em relação a outros trabalhadores obrigam a retribuir com um serviço digno

Que são as EOIs?

As EOIs são estabelecimentos públicos para o ensino de línguas, com seleções de pessoal e carreiras profissionais análogos aos de outros corpos docentes, como o ensino primário e secundário. No seio da União Europeia, só na Espanha e na República Checa há escolas estatais de ensino público de línguas para adultos. A procura e número de inscrições nestes estabelecimentos de ensino é mui elevada, por causa dos preços razoáveis (por volta de 100 euros/ano), da validade oficial das certificações e das lacunas do sistema educativo primário e básico no que di respeito à aprendizagem de línguas.

NOVO LOCAL

à sociedade. E os outros, os que sistematicamente se escapulem dos conflitos e calam a boca, esses preferem resolver os problemas pedindo baixas médicas por doenças estafalárias ou limpando as botas dos seus superiores na hierarquia.

O papel dos anarcosindicalistas

Como é que podemos engolir este caldeiro as pessoas afins às ideias libertárias, quando não temos seção sindical nem uma grande experiência nas lutas laborais? Com que chouriço picante contamos para apimentar um caldo tão cinzento?

Do ponto de vista organizativo, julgo que o mais coerente será apoiar a constituição de assembleias de professores, para evitar que as decisões sejam tomadas de forma unilateral, seja pelas direções dos centros que temos que reconhecer que dão um apoio sincero aos protestos na maioria dos casos, ou por agentes externos, como os sindicatos oficiais. Seria benéfico que, nesse empenho nosso em apoiar o assemblearismo horizontal, pro-cedéssemos com bastante generosidade moral e política para não cair no mesmo jogo dos partidos políticos e sindicatos oficiais: querer levar sempre a água ao seu moinho e vender apoio sindical em troca de apoio político às suas siglas, para «figurar» sempre o mais possível.

Como os libertários não somos nem heróis, nem salvadores de ovelhas tresmalhadas, nem guias das massas, teremos imenso prazer em trabalhar com pessoas disponíveis para fazer as cousas de baixo para cima e ganhando consciência das próprias forças, em vez de delegar nos outros. Não é imprescindível que nesses casos engalanemos as nossas propostas com montes de consignas, sobretudo quando não existe um trabalho sindical prévio que legitime os altos voos da retórica, nem com marés de simbologia para nos procurarmos um posti-nho no show sindical ao pé dos outros.

O nosso discurso

Já no que di respeito ao discurso, apetece pôr de pernas para o ar essa conceção do trabalho rotineiramente veiculada e naturalizada pelos meios de comunicação, o patronato e os próprios sindicatos, como di um meu amigo, já convertidos em meras consultorias ou gestorias de relações laborais. A mensagem que tais corporations acabam por passar é a seguinte: o trabalhador é um passivo recetor de salário, com direito a férias de X semanas por ano e a usufruir de baixa médica, cem por cento desligado do produto do seu trabalho. Desde que aquelas três coisas estejam garantidas, para quê abrir a boca?

No ensino público, onde os delegados sindicais já se encarregam de pedir subidas salariais em nos-so nome, que espaço resta para um sindicalismo não determinado pelas incrementos anuais do IPC³? Porquê mexer-se se há pes-soal que está muito pior? Esta ide-ologia está espalhada até o ponto de haver trabalhadores do setor público que se envergonham de protestarem, ou julgam que já conquistaram tudo o que podia ser conquistado. A vitória do

sistema não podia ser mais redonda: convencêrom-nos de que o conceito capitalista de bem-estar, bom ordenado e férias pagas, era a mesma cousa que aquilo que nós chamávamos de libertação ou emancipação.

Mas não era que nós aspirávamos à propriedade coletiva dos meios de produção? Não era que queríamos decidir sobre a organização do nosso trabalho? Que capacidade temos os docentes para partir o bolo dos currículos e a ideologia veiculada nos mesmos? Que capacidade temos para garantir que o trabalho que realizamos seja feito numas condições que o tornem digno para o público? Dado que os alunos que venhem às EOIs fazem esforços consideráveis para suportarem hora e meia de aulas três vezes por semana, ao fim de cansativas jornadas laborais, não faz parte do nosso orgulho como trabalhadores garantirmos que essas pessoas vão ir para a casa com a impressão de não terem perdido o tempo? Como podemos ter chegado a pensar que com o pão na mesa e as férias contratadas em Berlim já estava tudo feito?

Os professores de línguas do ensino público seremos trabalhadores desde que ganhemos consciência de o sermos, e seremos uma classe à parte desde que nos consideremos totalmente salvos e alheios às misérias dos outros. Mas se assim for, se realmente estamos tão satisfeitos, por que razão continuar nos sindicatos? Por compaixão por aqueles que estão pior que nós? Entra realmente a caridade no nosso programa de ação?

O trabalho sindical torna-se mera gestão de relações laborais quando o esvaziamos da projeção social que nunca deveu deixar de ter. E quando o trabalho sindical ganha essa projeção social, verifica-se que não há trabalhadores libertados ou salvos no meio de trabalhadores alienados ou condenados, mas apenas trabalhado-res melhor ou pior mantidos, mais ou menos satisfeitos, candidatando-se com maior ou menor rapidez à medicação psiquiátrica permanente. Na nossa ação, muito antes do que na nossa retórica, deve transparecer o princípio de que não nos resignamos a ser meros espectadores, mas donos das nossos dias e das nossas horas, incluídas as da jornada laboral. O nosso propósito não é escrever o guião nem dirigir os atores, mas tirar do meio os tarecos que impedem que qualquer cousa boa poida vir a acontecer no cenário.

J.G.

CNT-Corunha

Notas

¹No blogue <http://apeoiga.nireblog.com/> há informações mais pormenorizadas sobre as consequências da circular em termos laborais.

² CIG (Central Intersindical Galega, sindicato do nacionalismo galego, próximo do BNG. É o maioritário do ensino). UGT-FETE é um sindicato próximo do PSOE e CCOO da Esquerda Unida. ANPE é um sindicato de tipo abertamente corporativo que defende o aumento da disciplina nas escolas.

³Índice de Preços do Consumo.

Mil milhões passam fome

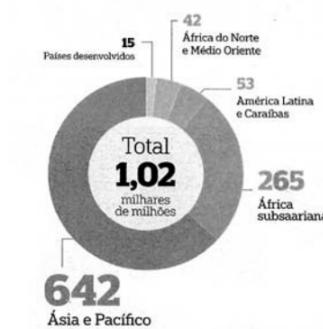
Procede da página 1

executivos e accionistas das grandes corporações americanas, não só através de prémios, mas também de remunerações variáveis, isto é, em função dos lucros obtidos.

Quanto ao resto dos 700 mil milhões, no número do PÚBLICO já citado, em artigo sob o título Pagamentos milionários regressam a Wall Street, indica-se onde tem estado a ir parar: As 23 instituições que lideram o sistema financeiro norte-americano vão pagar, este ano, um valor recorde aos seus funcionários em salários e demais compensações cerca de 140 mil milhões de dólares, contra «apenas» 117 mil milhões no ano passado. Claro que o jornal PÚBLICO, e a generalidade da imprensa portuguesa e espanhola, são de um silêncio ensurdecedor no que toca às remunerações dos «nossos» capitalistas e financeiros.

Estes números mostram bem o que significa, para a população mundial, o chamado Progresso da Humanidade, o Desenvolvimento Científico e Tecnológico ao Serviço do Homem, a Globalização/Aldeia Global e outros eufemismos com que se tenta mascarar as características essenciais do sistema capitalista a obtenção do

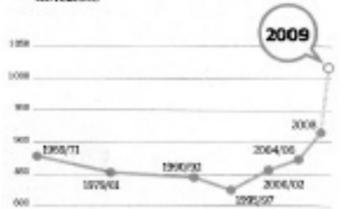
A subalimentação por regiões em 2009 em milhões



lucro, baseado na acumulação do capital e no aumento permanente da remuneração dos capitais investidos e, ao mesmo tempo, justificar a aceitação da inevitabilidade do capitalismo, adotando a pílula o mais possível.

Mas o que não conseguem explicar é porque razão, paralelamente ao agravar das condições de vida para a grande maioria da população (e os números da ONU mostram, não um progresso, mas um retrocesso ao longo dos últimos 40 anos no que respeita à habitação, à saúde, à alimentação, etc), a riqueza mundial, toda ela baseada na produção de bens, na agora chamada economia real, se concentra, de ano para ano, nas mãos de um cada vez menor número de pessoas, aumentando sempre o fosso entre os mais ricos e os mais pobres do planeta.

Número de pessoas subalimentadas no mundo, de 1969-1971 a 2009 em milhões



Nós, que constatamos não ter havido, de há muito para cá, quaisquer mudanças essenciais no funcionamento do sistema capitalista mundial no que toca à grande maioria da população, a não ser para pior, continuamos a afirmar que o capitalismo não tem solução dentro de si mesmo, que não é reformável, e que apenas a sua destruição, substituído-o por uma forma de organização na qual sejam abolidas todas as desigualdades sociais, poderá abrir o caminho ao estabelecimento de um meio social no qual nós todos, e cada um de nós, possamos enfim viver plenamente e, além de satisfazer as nossas «necessidades» mais elementares sem prejuízo dos restantes, possamos desenvolver a um alto grau todas as nossas capacidades e potencialidades.

António Mota
AIT-SP

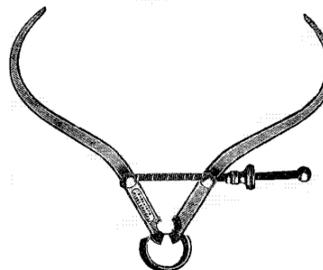
Abortar na Galiza

O problema surge no momento que levas um atraso e não sabes que fazer. Vais ao Planing ou ao chamado Centro Jovem e de-ves pedir vez para que te veja o médico, ou seja que o calvário começa, pois não te vem até de-apos uns dias. Se queres conhecer se estás ou não grávida tens-te que apanhar pela tua conta.

Após uns dias fazes a revisão e as análises pertinentes, passas pela psicóloga, e informam-te da possibilidade de abortar gratuitamente num centro privado que abonará á Xunta. Se não vais pelo caminho oficial terás que fazer um pagamento duns 450 a 600 euros variando o preço por se é com anestesia ou não.

Só há dois centros que realizam abortos, não sendo do SERGAS que só funcionam para os casos graves e aos que não é doado aceder, um na Corunha e outro em Vigo. O curioso do caso que são os mesmos centros que havia há um monte de anos (25 ou mais), e que estão praticamente na mesma situação de precariedade face as mulheres que tenham que ir ali em situação bem dura.

Vou falar do centro da Corunha que conheço por acompanhar em diversas ocasiões. Primeiro ligas por telefone e pedes a cita para o aborto. A segunda parte é em quanto toca ir á clínica, e ao chegar solicitam os teus dados e papeis que levas de análises e mais. Passas a uma habitação onde estão outras mulheres como ti própria, com os acompanhamentos respectivos, e ninguém fala ou comenta nada, cada meia hora vai saindo uma mulher e não a volves ver.



A questão é clara: numa manhã mínimo 10 ou 12 passam pela «clínica». Fazer contas e ver o que sai, pois o que se paga é de 450 a 600 euros.

O centro segue a ser como há vinte anos, um local semi-clandestino, um andar de 90 m2 onde acodes sem garantias de nada, apesar de que agora é uma clínica legal e vais enviada pela Xunta.

Mas o pior chega depois. Entrar num lugar pequeno onde está o médico e o anestesista e sedam-te para fazer a intervenção. Acordas mui rapidamente e já saís para a rua, entregam-te uns papeis com a medicação a tomar ao sair, estás mareada, ou com a euforia da sedação, moída e não há qual-quer lugar para descansar uma hora antes de te enfrentar ao mundo de fora. Numa hora duas pessoas e como a clínica é cativa de todo para à rua sem mais. Por isso não víamos as mulheres que saiam para a intervenção : botavam-nas fora automaticamente ao rematar !!

O mais natural seria o podermos deitar um bocadinho e estar bem espertas para nos encarar com mundo, pois não é pouco o que passamos nessa meia hora, mas a realidade é que as condições são péssimas, tratam-te como

gado maltratado.

A realidade do aborto no nosso país segue a ser algo oculto, peccaminoso e clandestino, e com leis ou sem elas (esta última companheira que acompanhei ia pelo legal), a situação das mulheres levadas a tomar esta opção é a de total desamparo e falta de informação.

Apelando à «saúde da mãe» já era até agora gratuito, se és «espabilada» e segues os trâmites, e ainda hoje seguem pagando a maioria das mulheres que vão às clínicas a abortar.

A nova lei amplia prazos e dá mais possibilidades às mulheres, mas o problema está na mentalidade, na hipocrisia social que segue a estigmatizar a quem o fez, a mulher que o precisa tem que dar mil voltas para fazer os papeis e o pior é que ainda te dizem que tens tempo, que há semanas para que remate o prazo legal... que não apures tanto....

Não há formação sexual nas escolas e liceus, não há formação nem informação para as mulheres adultas, não há facilidades de acesso ao ginecólogo e tens que aguardar até 3-4 ou mais meses para uma revisão ou simplesmente pagar a um privado, as clínicas seguem a ser as mesmas... Assim de claro o quid da questão está no grande negócio da medicina que se encaminha cada vez mais ao euro e menos às pessoas, que vem tendo menos serviço e mais dinheiro e com a nova lei seguirão a engordar.

R. Bassave
CNT-Compostela

«Parece que oficialmente estamos despedidos desde Setembro»

Entrevista a trabalhadores da NOVINCO, Matosinhos

Desde Maio de 2009 data em que se iniciou o processo de insolvência que os 65 trabalhadores da NOVINCO, uma empresa de fabrico de coberturas de «naturocimento» para edifícios e outros materiais de construção, se encontram numa situação de incerteza pela continuação dos seus postos de trabalho, frente a uma continuada sabotagem por parte dos administradores. É que, como os trabalhadores dizem, «o próprio terreno da fábrica origina muitos apetites imobiliários e de negociatas pouco claras»...

Em 25 de Setembro, deparando-se com o abrupto encerramento das portas da NOVINCO, os trabalhadores ocupam, mesmo assim, a empresa, recusando o lock-out («decretado» pelo «administrador da insolvência» com apoio da polícia) e a inviabilidade da mesma e argumentando sobre o direito a ocuparem os seus postos de trabalho, reclamando, entre outras coisas, o pagamento dos salários e de outras regalias pecuniárias em atraso e recusando os processos individuais de despedimentos.

No dia a seguir a esta entrevista, seria realizada no Tribunal do Comércio em Lisboa a assembleia de credores que decidiu o encerramento, o pagamento dos salários em atraso e a não aceitação da empresa «Cimianto» do mesmo grupo como «entidade credora» contra o que pretendiam os «administradores da insolvência»...

Foi entre faixas negras («NOVINCO a fechar, famílias a chorar», entre outras) e bandeiras negras e da CGTP que fomos ao encontro de elementos da comissão sindical e outros trabalhadores que se encontravam de plantão num anexo, no recinto da NOVINCO, alguns deles manifestando abertamente toda a sua profunda revolta pela situação. Após as apresentações, uma breve introdução à razão da visita e a distribuição de alguns boletins da AIT-SP e de outra informação, começámos a entrevista.

A entrevista

Pergunta: - Qual o resultado da concentração/manifestação que vocês realizaram em frente ao Governo Civil do Porto?

R: - «Primeiro não nos queriam receber mas nós insistimos e eles acabaram por aceitar um grupo de camaradas, tendo-nos sido dito então que iriam falar sobre o caso com o Ministério da Economia...»

P: - De que forma o vosso sindicato e a USP/CGTP se têm solidarizado convosco?

R: - «Têm sobretudo apoiado as nossas manifestações (fizemos outra em Lisboa) disponibilizando-nos transportes para os locais e informando-nos sobre os nossos direitos.»

P: - Frente à sabotagem dos administradores e já que vocês estão a ocupar os vossos postos



de trabalho, haveria alguma forma de continuarem a laboração da empresa, em regime de autogestão, por exemplo como fizeram as trabalhadoras da «Afonso» em Arcos de Valdevez?

R: - «A situação não é comparável, estamos num contexto diferente... O passivo é muito alto e a matéria-prima que nos permitia continuar a produção foi retida por falta de pagamento tendo o «gestor da insolvência» tido o cuidado de mandar congelar a conta da empresa...»

P: - Há já alguma lista de recolha de fundos de socorro operário para vos ajudar na vossa luta? Há já alguma rede de solidariedade para que a vossa luta possa ser apoiada em vários lados?

R: - «Não... e na conta da empresa, não podemos mexer pois, como dissemos ela foi mandada «congelar»...»

P: - ... A exploração tem caras e nomes... Quem são afinal os responsáveis pela situação actual?

R: - «O primeiro é o Bruno Vicente, «administrador da insolvência», a quem chamamos o «cangalheiro da Novinco» que pretendia ser, mas não é, «administrador judicial»... Depois temos o engenheiro José Cabral, ex-administrador que renunciou ao cargo... Temos também o Dr. Manuel de Oliveira um dos sabotadores da empresa e «credor da NOVINCO e a mulher dele, Fátima Morais, da secção de pessoal, que trataram de se pôr ao fresco rapidamente para conseguirem rapidamente o subsídio de desemprego...»

(outro trabalhador): - ... «aliás, foi o caso também do José Cabral, que tratou, pelo selo, de se pôr fora da carroça...»

(outro trabalhador, da comissão sindical): «Em 8 de Setembro fomos ao tribunal do Comércio a Lisboa. Lá foi lida a sentença de encerramento da CIMIANTO, a empresa do mesmo grupo, mas não a da NOVINCO. A continuação da laboração da CIMIANTO tenderia a fazer com que a NOVINCO encerrasse foi o que foi dito aos juizes...»

- «O Bruno Vicente escolheu ele sete trabalhadores da sua confiança para fazer o role de liquidação da empresa. A Fátima Morais, da secção de pessoal, fa-

zia parte desse grupo, mas como sempre esteve do lado do patrão, não informou ninguém...»

P: Então e afinal quem é que mandou encerrar os portões da fábrica?

R: - «Foi o engenheiro Miguel Cabral, primo do José Cabral, que deu ordens à empresa de segurança para fechar as portas, mas mandado pelo Bruno Vicente...» (...)

- «O Bruno Vicente interessa-se tanto pela empresa que nem sabe o que é que se faz aqui... Quando no tribunal o juiz lhe perguntou o que é que a empresa produzia disse que eram... »manilhas»...

P: E qual é a vossa situação «oficial» actual?

R: - «Parece que oficialmente estamos despedidos desde Setembro. Mas apesar de para aí uns 4 ou 5 trabalhadores já terem aceitado as cartas de despedimento, a Inspeção de Trabalho, tal como nós, pretende o despedimento colectivo e não o individual...»

- «A equipa do Bruno Vicente e o advogado da NOVINCO são «boas biscoas»... Calcula que ele até tentou «comprar» o advogado do sindicato!...»

P: Uma outra questão: a NOVINCO durante muito tempo trabalhou com amianto até a sua manufactura ser proibida pela legislação europeia por provocar doenças graves como a asbestose. Claro que os primeiros poluídos foram sempre os trabalhadores! Há camaradas vossos que ainda sejam desse tempo? E mesmo depois do amianto proibido... não há postos de trabalho mais graves?...

R: - «Temos alguns colegas com mais de 20 anos de casa... Mas essa questão... iremos na devida altura abordá-la...»

P: O quê e quanto é que a administração da NOVINCO «oficialmente» vos deve?

R: - «Entre 2 meses (Agosto e Setembro) de ordenados, subsídio de refeição e subsídio de turno, em atraso, entre 700 e 900 eu-ros por mês a cada trabalhador.»

P: - Quais as próximas acções que pensam que os trabalhadores vão decidir? De que forma vocês acham que a AIT, tanto a nível nacional como internacional, e outros colectivos e associações, poderão apoiar a vossa luta?

R: - «Tudo vai depender daquilo que irá ser decidido no tribunal amanhã em Lisboa...»

- Obrigado, companheiros, vamos manter-nos em contacto.

São Mamede Infesta Matosinhos
AIT-SP/Porto (J.P.) 2-10-2009

Nota final

Praticamente a partir do momento em que a ocupação da NOVINCO pelos trabalhadores foi notícia, um grupo de apoio, no qual participam alguns companheiros libertários do Porto, foi criado, tentando veicular

Durmir na obra

Unha listaxe de prácticas patronais na construción



Se facemos un repaso das peores prácticas dos patronos na construción, case non daría este periódico para facer unha lista completa.

Deixemos de lado o obxecto de numerosas campañas da CNT desde hai moitos anos: horas extras, precarias condicións de seguridade, accidentes laborais constantes. Levamos tanto tempo padecendo estas (que afectan á maioría dos traballadores da construción) que case non hai tempo de comentar outras moitas, quizais porque afectan sobre todo a un grupo moi específico de traballadores da construción: os sen papeis.

Entre as prácticas que asombrarían máis aos habitantes de case calquer país europeo está a de Durmir Na Obra. Naturalmente, durmir na obra tamén quere dicir comer na obra, cagar na obra, pelarse de frío na obra, transportarse á obra en furgonas vellas ateigadas de xente, sacos de durmir, potas de café e demais ferramentas laborais de supervivencia. Se pensas que durmir na obra é cousa de cando a obra está case feita, con teitos, paredes completas, portas e demais, desperta: estás no mundo do capitalismo de verdade, o que non anda con coñas nen cachon-deos. E os sacos de durmir e a caña da primeira hora da mañá por conta do obreiro, por suposto.

Se estás pensando que isto seguramente ocorre en zonas perdidas no monte, sen civilizar, rodeados polos lobos... desperta outra vez: coñecemos casos pegadiños a Ferrol, coñecemos casos na periferia de Madrid, e si, están rodeados por lobos, pero estes teñen pinta humana e desprazanse en BMWs e Mercedes Benz.

Quen é o afectado? sobre todo os traballadores chineses, rumanos, sudamericanos sen papeis, xa sabes: este converteuse no recurso favorito dos empresários da construción para facer grandes aforros nas nóminas. Ás veces os aforros son enormes, xa que non pagan aos obreiros: vimos facer isto con grupos de traballadores chineses e sudamericanos no Ferrol, pero non é unha rara excepción: tamén lles está a pasar a traballadores portugueses, dos que pasan todos os días pola fronteira xogando o pelexo ...

C.S. CNT-Corunha

António Ferreira de Jesus: 45 anos na prisión

Em Portugal, a pena máxima de prisão é de 25 anos, contudo, a António Ferreira de Jesus, de 68 anos de idade dos quais 45 foram passados na prisão nunca foi feito o «cúmulo jurídico» das suas penas e em Julho deste ano, embora tudo indicasse o contrário, foi-lhe novamente negada a liberdade condicional. Para além deste claro sequestro do Estado, que conduz à prisão perpétua de António Ferreira, o companheiro, actualmente detido no Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz (em Grândola), sofre ainda frequentes ameaças de morte por parte dos guardas prisionais, sendo desde sempre alvo de uma bárbara perseguição porque nunca renunciou às suas convicções ideológicas.

No dia 28 de Setembro, o António recusou-se a mudar para uma nova cela, numa ala que viola vários direitos, como por exemplo, a ter um candeeiro de leitura ou à privacidade no banho porque os duchos não têm divisórias. Como castigo pela sua recusa, foi levado para o pavilhão de segurança, ficando separado de todos os outros reclusos, totalmente isolado numa pequena cela, sem acesso

aos seus objectos pessoais e com apenas uma hora diária de «pátio» num espaço minúsculo. O António inici-ou uma greve de fome desde que foi transferido para o isolamento, protesto que foi silenciado pelo estabelecimento prisional. Entretanto, devido a complicações de saúde, o companheiro decidiu parar a greve de fome que durou 14 dias, embora se mantenha firme na sua recusa à mudança para a nova cela, reivindicando, por isso, a sua transferência para outra prisão.

A 3 de Outubro, realizou-se uma concentração de solidariedade no Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz e a 8 de Outubro, em Roma (Itália), ocorreu uma acção solidária junto à Embaixada Portuguesa. Urge agora multiplicar estes e outros actos de protesto contra a perseguição a António Ferreira que ao longo destes 45 anos de prisão nunca desistiu de lutar.

Exigimos a liberdade imediata para António Ferreira de Jesus!

* Artigo escrito com base em informações publicadas em <http://redelibertaria.blogspot.com/>

AIT-SP

algumas ideias e propostas concretas (do cooperativismo ao micro-crédito) aos trabalhadores da NOVINCO como alternativas possíveis ao despedimento e desemprego. Embora heterogéneo, este grupo reuniu vária documentação e fez desde a primeira hora o contacto com os trabalhadores

ocupantes, mantendo esse contacto mesmo depois da decisão de encerramento da empresa pelo tribunal já que parte dos trabalhadores não desarmam e continuam a ocupar a empresa, tentando evitar que o seu património leve sumiço mesmo antes de ser arrolado.

Mas acabou mesmo?

Se veio nos jornais, tem que ser verdade, certo? É oficial: a Crise acabou em Portugal e a economia cresceu uns gloriosos... 0,3 percento

(face ao último trimestre, porque ainda caiu 3% em relação ao PIB do ano passado, mas este «pormenor» passou praticamente despercebido), esperando-se 0,4% de crescimento económico lá para 2010 (FMI).

Que euforia! Torna-se fácil ridicularizar os analistas encartados e o seu tão exultante quanto patético coro político-mediático. É fácil, mas não vale a pena porque nos devíamos preocupar com outras coisas. Mesmo 1% de crescimento económico praticamente não produz efeitos sobre o mercado de trabalho... Dizem-nos que a crise acabou, mas não resistimos a perguntar: a crise de quem? Não deve ter sido a nossa porque, para quem trabalha, as coisas continuam tão negras quanto dantes e com tendência para se agravarem em vez de melhorarem. Existirão, portanto, duas crises, uma para quem explora, e outra, bem distinta, para quem trabalha? Parece que sim, parece que sim...

Os doutos economistas, ofício que está para a modernidade burguesa como a teologia para a Idade Média, saberão discorrer sobre todos aqueles factores que levam os agentes económicos a fazer certas escolhas cujo resultado final se traduz num desfazamento (cerca de 9 meses, no caso português) entre a crise e o impacto da mesma sobre o desemprego, mas para nós só nos interessa isto: mesmo com a crise para trás, o desemprego vai continuar a aumentar. Ultrapassou-se agora a barreira dos 500 mil desempregados, mas estes números são sempre retocados por uma

panóplia de habilidades estatísticas destinadas a avaliá-los bem por baixo do seu valor real (o INE, por exemplo, deixou de divulgar o chamado desemprego corrigido, cujo valor está mais próximo do desemprego real, sob a alegação de que os restantes países da UE também não o faziam, não fosse Portugal ficar mal na fotografia quando comparado com os seus parceiros europeus...) e estima-se que o desemprego continuará a subir até atingir os 650 mil desempregados para uma população activa de cinco milhões (mais de 11%) por volta de 2010, sendo que uma parte deste valor se tornará desemprego estrutural, ou seja, que veio para ficar. Muito bom para os patrões que sobreviverem à crise, porque significa salários mais baixos e uma mão-de-obra (ainda) mais subserviente...

Mais tarde ou mais cedo, a escora estatal, carcomida pelo défice, terá que ser retirada à economia e um orçamento de austeridade (lembrem-se do Salazar?) vai estar na ordem do dia para reequilibrar as contas públicas e reverter o endividamento externo do país. A título de curiosidade, o Estado português foi, em percentagem do PIB, o segundo a gastar mais dinheiro em pacotes de auxílio à economia em toda a OCDE. O famigerado «apertar o cinto» não atinge a todos por igual, mas nada disto tem propriamente o ar de novidade. E todos sabemos muito bem onde vão ser feitos (outra vez) os cortes: educação, saúde, segurança social, em suma, tudo o que não lhes faz falta a eles mas é vital para nós.

Agora: vamos levar nas costas com mais este ferro em brasa que o Capitalismo nos preparou ou temos intenções de resistir?

Porque já era tempo.

José Trindade AIT-SP

Abriu-se novo local da CNT em Betanzos

Despois da recente fundación do Sindicato de Ofícios Vários da CNT em Betanzos, localidade cercana á Coruña con forte presenza libertária antes do golpe de estado franquista do 36, foi inaugurado o novo local, nunha zona de grande visibilidade, no extremo da ponte principal de entrada á vila e a carón dunha das portas da vella muralla. A vila ferve de comentários coa volta da CNT, e agardamos un grande éxito



dos compañeiros e compañeiras, que forman xa un grupo numeroso nunha localidade orfa desde hai tanto tempo da presenza do noso sindicato.

CNT- A Coruña

Para cando a saída de Afeganistán?



Fai o amor, non a guerra
España fóra de Afeganistán

Por fin moita xente vai vendo que o de Afeganistán non é unha misión humanitaria, así que é tempo de volver dicir: as invasións militares, os bombardeos, os asasinatos de civís, son o que sempre se chamou colonialismo e imperialismo. Cantas mortes farán falla para voltar á rua e dicir: Non á guerra!!

CNT- A Coruña

Cruzar a raia



Procede da página 1

6) A normativa básica de referencia pode-se atopar na web da CNT Galaica (www.cntgaliza.org).

Suposto 1

Traballador/a portugués/a contratad@ por unha empresa española para realizar unha actividade laboral no Estado español

Aplica-se a lei española en toda a sua extensión e nas mesmas condicións que ás/os traballador@s españóis. Hai que ter en conta que, **como norma xeral**, os dereitos establecidos nos convénios colectivos son preferentes ás leis e regulamentos **sempre e cando melloren as condicións de traballo**¹.

Suposto 2

Traballador/a portugués/a contratad@ por unha empresa portuguesa para realizar unha actividade laboral no Estado español (ben para outra empresa, por medio da sub-contratación ou Empresa de Traballo Temporal (ETT), ben para si mesma).

Suposto 2 a

Aplica-se a lei que elixan as partes no contrato: Na práctica, é o mesmo que dicir que se aplica a lei que @ empresári@ elixa.

- Se a lei «pactada» no contrato é a **española**, aplica-se esta en toda a sua extensión, é dicir, toda a regulación de dereitos e condicións de traballo do convénio² que resulte de aplicación, nas mesmas condicións que @s traballador@s españolas.

- Se a lei pactada no contrato é a **portuguesa**, en todo caso e apesar desa elección, garanten-se os seguintes **dereitos mínimos segundo a normativa española** que ten que cumprir a empresa portuguesa contratante:

***O tempo de traballo establecido** nos art. 34 a 38 do Estatuto d@s Traballadores español (vacacións, descansos, máximo de horas...). No tocante ás vacacións só se aplica o Estatuto d@s traballador@s se o desprazamento dura máis de 8 días.

***A cuantía do salario español íntegra**, (salvo que o desprazamento sexa inferior a 8 días) establecida no convénio que sexa de aplicación para a categoría profesional que corresponda á/o traballador/a, con todos os pluses, complementos, pagas extras, horas extra... é dicir, todos os conceptos salariais. **Só se exceptúan:**

1) **As melloras voluntarias á seguridade social:** consisten en disposicións pactadas nalgún convénio polas que se obriga ao empresáriu a complementar o que paga a seguridade social para as continxencias en que pode caer un/ha traballador/a (baixa por enfermidade, xubilación...).

2) **Os complementos por desprazamento:** Son **conceptos salariais** que paga o empresáriu polo desprazamento e se computan para establecer a cuantía total do salario. Pero en ningún caso se pode contar como salario o que se pague polos gastos realizados polo desprazamento (aloxamento, manutención, transporte...).

* **Igualdade de trato e non discriminación.**

* **O traballo de menores (art. 6 do Estatuto d@s traballador@s).**

* Prevención de riscos laborais e dereitos en relación coa maternidade.

* Non discriminación de traballadores temporais e a tempo parcial.

* Respeto á intimidade e dignidade e protección fronte a ofensas verbais, físicas ou sexuais.

* Dereito de libre sindicación, folga e reunión.

* As normas sobre cesión legal/ilegal de traballador@s.

Suposto 2 b

No contrato non hai referencia a que lei se aplica:

Neste caso aplica-se a lei española, por ser a lei do Estado na que o traballador realiza a sua actividade. E, como se aplica a lei española, xa non corresponden só os dereitos mínimos mencionados anteriormente, senón todos os dereitos establecidos por lei e por convénio, nas mesmas condicións que ás/os traballadores/as españóis.

Suposto 2 c

Se a actividade laboral se realiza de forma habitual en Portugal, e só temporalmente se despraza ao/á traballador/a ao Estado español, aplica-se a lei portuguesa (salvo que no contrato se elixa a lei española); pero durante o tempo no que se realice o traballo en España, a empresa deberá respetar as condicións mínimas ditas anteriormente (en canto ás vacacións e ao salario só se o desprazamento é superior a 8 días).

Hai situacións nas que a empresa despraza a traballador@s a diferentes Estados. Neste caso, a falta de elección de lei, será de aplicación a lei donde se atope o establecemento habitual da empresa (neste caso Portugal), salvo que das circunstancias de execución do contrato se deduxa a aplicación dunha lei máis vinculada. Pero nesta situación só se poden atopar as persoas que son desprazadas a diversos Estados, non @s traballador@s portugueses@s que son desprazadas ao Estado Español. Se @ traballador/a realiza a actividade laboral de forma habitual nun mesmo Estado, é irrelevante que sexa desprazado a outro país temporalmente. A lei que se lle aplica segue sendo a do lugar donde realiza a actividade de forma habitual (a falta de elección polo empresáriu doutra lei diferente).

Suposto 3

Traballador/a portugués/a contratad@ por unha empresa portuguesa para realizar unha actividade laboral nun Estado no que, no sector do que se trate, as condicións de traballo son peores que as portuguesas.

Nestes casos, o Código do Traballo portugués (art.8 e 9) garante unha serie de condicións mínimas que teñen que respetar todas as empresas portuguesas que desprazan traballador@s portugueses@s a outros Estados; é dicir, aplicarase a lexislación portuguesa, máis favorable que a do Estado no que se traballa, nos seguintes asuntos: 1) Prevención de riscos laborais, saúde e hixiene no traballo; 2) Duración máxima da xornada laboral; 3) Periodos mínimos de descanso; 4) Vacacións retribuídas; 5) Normas respecto a cesión legal/ilegal de traballador@s; 6) Dereitos de maternidade e paternidade; 7) Dereito de igualdade e non discriminación; 8) Protección do traballo de menores.

Rita

CNT-Compostela

Notas

¹Esta afirmación ten múltiples matices, mais aclarar as relacións de prioridade entre os convénios e as leis excede con moito o obxectivo deste artigo. En caso de dúbida respecto á aplicación dun convénio que contradí o regulado no Estatuto d@s Traballador@s, o mellor é acudir ao sindicato.

²É moi raro no Estado español a existencia de actividades sen regulación convencional, polo que sempre que o contrato se remita a lexislación española debe-se buscar o convénio aplicábel. En caso de dificultade, debe-se acudir ao sindicato.

Recibos verdes e precariedade

Trabalhadores «autónomos» em Portugal: mesmos problemas que na Galiza

Em Portugal existem cerca de 900.000 trabalhadores a recibos verdes. São, supostamente, trabalhadores «independentes», autênticos «freelancers», ou seja, trabalhadores que realizam um determinado trabalho para uma entidade empregadora, sem que tal pressuponha a subordinação a uma hierarquia empresarial, o cumprimento de um horário de trabalho estipulado pela empresa, o exercício de actividade nas suas instalações, a utilização de ferramentas de trabalho fornecidas pela mesma ou a obtenção de uma remuneração mensal fixa.

No entanto, todos conhecemos e muitos já passámos por casos de «falsos recibos verdes», em que nos encontramos totalmente submetidos à entidade empregadora, sem qualquer protecção perante a mesma e não usufruindo dos direitos dos trabalhadores legalmente consagrados. Esta situação é supostamente ilegal, mas afecta centenas de milhares de trabalhadores em Portugal, constituindo mais um dos expedientes copiosamente utilizados para manter os trabalhadores em situação de total precariedade laboral.

Os trabalhadores a recibos verdes não dispõem de qualquer vínculo com a entidade empregadora, da mesma forma que também não têm direito a prerrogativas reconhecidas na lei, como férias, subsídios vários (de férias, de Natal, de alimentação, de transporte), pagamento de horas extraordinárias ou de trabalho nocturno, direitos sindicais ou subsídio de desemprego. Frequentemente, também não têm o direito de receber a horas certas a remuneração devida pelo seu trabalho, andando meses a «pedin-char» o seu merecido salário.

Para as entidades empregadoras estes trabalhadores são perfeitos, pois para além da total ausência dos direitos acima referidos, são os próprios trabalhadores que têm de fazer, sobre a sua remuneração, os respectivos descontos para a Segurança Social. O trabalhador dito «independente» é, ainda, sempre obrigado a custear do seu bolso o seguro de acidentes de trabalho.

Ainda para mais, estes trabalhadores vêem-se enleados numa teia burocrática que geralmente impede que conheçam a totalidade dos seus (poucos) direitos e das suas (muitas) obrigações perante as Finanças e a Segurança Social, de tal forma que muitas vezes só dão de caras com as mesmas quando são obrigados a pagar uma coima.

Antes da entrada em vigor, neste ano, do novo regime da segurança social, um trabalhador a recibos verdes (após o primeiro ano de isenção e logo que o rendimento anual bruto superasse 2.515,32 euros) via-se obrigado a descontar mensalmente para a Segurança Social 25,4% (regime obrigatório)



ou 32% (regime alargado) sobre a remuneração correspondente ao seu escalão.

Assim, escandalosamente, um trabalhador que auferisse 450 euros por mês a recibos verdes (e que já não tivesse direito ao período de um ano de isenção para quem abre actividade pela primeira vez) devia descontar o equivalente a 25,4% do primeiro escalão de remuneração (628,23 euros), ou seja 159,70 euros por mês, o que fazia a remuneração descer para uns míseros 290,30 euros por mês. Apenas após um ano de baixos rendimentos, o trabalhador poderia, mediante prova de que no ano anterior auferiu rendimentos anuais brutos inferiores a 7.545,96 euros anuais, re-querer a passagem ao escalão zero, pagando cerca de 50 euros de contribuição mensal. É de salientar que os descontos mensais eram obrigatórios, quer o trabalhador efectivamente recebesse salário nesse mês, quer não.

O novo Código

No início deste ano, com a aprovação do novo Código do Trabalho, o governo anunciou com pompa e circunstância o início de um combate ao abuso dos recibos verdes e às situações de «falsos recibos verdes». Mas, se analisarmos as medidas aprovadas, vemos que se trata na realidade de uma legalização desta forma de precariedade e não de um combate real à mesma.

As contribuições para a Segurança Social dos trabalhadores independentes deixam de ser feitas sobre escalões remuneratórios e a taxa contributiva passa a ser de 24,6% (acaba a diferença entre regime obrigatório e alargado), incidindo sobre 70% do rendimento efectivamente obtido num mês.

Tal medida é, sem dúvida, benéfica para os trabalhadores a recibos verdes que recebem baixos salários. Assim, o trabalhador do exemplo anterior, que recebe num mês 450 euros a recibos verdes, descontará para a Segurança Social 77,49 euros, em vez dos anteriores 159,70 euros, o que evidentemente alarga um pouco a corda ao pescoço do trabalhador, mas não o liberta da miséria!

Além disso, as contribuições passam a incidir sobre o valor realmente auferido no mês, o que significa que, num mês em que o trabalhador não receba

qualquer quantia, não é obrigado a fazer descontos, como até aqui acontecia.

Outra das medidas anunciadas é a cobrança de uma nova taxa às entidades empregadoras que recorram ao trabalho a recibos verdes. As empresas passam a pagar à Segurança Social parte da contribuição do trabalhador, 5% sobre 70% do valor pago ao trabalhador.

Mas, de qualquer forma, os trabalhadores que trabalham a recibos verdes, sejam estes «falsos» ou «verdadeiros», continuarão a não ter direito ao subsídio de desemprego!

Paralelamente, como supostas medidas destinadas a combater a precariedade, o governo reduziu em um ponto percentual a taxa de Segurança Social paga pelas empresas por cada contrato sem termo (de 23,75% para 22,75%) e aumentou em três pontos percentuais a taxa paga por cada contrato a termo (de 23,75 para 26,75%). Mas não é preciso ser nenhum génio para perceber que compensa muito mais pagar 5% de taxa contributiva pela utilização de um trabalhador a recibos verdes do que 22,75% por um trabalhador mediante contrato sem termo. A não ser que o governo se dispusesse a realmente punir as entidades que utilizam trabalhadores a recibos verdes para trabalhos que só podem ser legalmente desempenhados por trabalhadores a contrato...

O Estado e os falsos recibos verdes

Ora bem, para supostamente acabar com as situações de «falsos recibos verdes», o governo anunciou coimas para as empresas que empreguem trabalhadores nesta situação, que poderão atingir 57.600 euros por trabalhador. Mas como se pode esperar que o Estado puna os «falsos recibos verdes» quando se sabe que ele próprio recorre abundantemente a assalariados nesta situação, quando aliás se sabe que na própria Autoridade para as Condições no Trabalho, organismo supostamente responsável pela fiscalização das condições de trabalho e pela penalização dos infractores, existem trabalhadores em situação de «falsos recibos verdes»?!!!

A luta contra a precariedade laboral, obviamente, não se faz com leis. E do Estado não podemos esperar nada... A precariedade só se pode vencer através da união dos trabalhadores na solidariedade e na luta directa contra aqueles que nos querem escravos dos seus lucros!

André
AIT-SP

A responsabilidade da classe operária

Desejo de imitação da burguesia e consumismo

Já fartamente temos ouvido da actual situação tendente ao empobrecimento da classe operária, com o endividamento a crescer, o desemprego a aumentar e as condições laborais e as próprias coberturas sociais a descer. Faisse evidente que a causa desta situação é o mantimento do sistema capitalista que perpetua a exploração da classe operária pela classe proprietária, mas, como em todas as coisas, há múltiplos factores que levaram ao actual estado. Centraremo-nos apenas num, no facto de grande parte da classe operária levar nos últimos anos um ritmo de consumo que se demonstrou muito superior às suas possibilidades.

O desejo de burguês: imitação e des-classamento

Acima do desejo fundamental de manter um nível de vida digno, com as necessidades básicas cobertas amplamente, deu-se na classe operária um desejo de imitação da burguesia nos seus elementos externos e simbólicos, enquanto que não poderia ter acesso à sua essência, sendo no consumo e no ócio onde se observa com mais claridade este desejo de imitação.

Assi, a hipoteca substituindo ao aluguel, a compra do segundo auto-carro por família, o colégio privado para as crianças, o grande gasto em roupa ou outros objetos que procuram a identificação mesmo do aspecto físico com a burguesia, som exemplos claros deste consumo relativamente novidoso na classe operária. Também na assunção dos modelos de ócio burguês podemos perceber esta imitação: os operários saindo de férias em cruzeiros e até safaris, ou em aberrações do tipo das cidades do ócio da costa, ou em complexos de desportos de inverno, também vemos cá esta assunção epidérmica duma classe pela outra.

Três deste desejo de aburguesamento fica oculta uma estratégia do Capital, mas como faz e que persegue?

A causa do des-classamento: a precariedade afetiva e o controlo do desejo

Este passo deu-se por meio de movimentos muito subtis, de ataques disfarçados à consciência da pessoa em multidão de frentes, instaurando um tipo de precariedade diferente da laboral: a precariedade afetiva. Assi o Capital passa do jeito clássico de re-pressão, a proibição das ideias e dos factos que delas resultem, a um sistema muito mais danoso e efetivo: o controlo dos desejos da pessoa. É assi que se procura aumentar o consumo, mas também converter em consumo todos os aspectos da vida das pessoas, fazendo que todos os âmbitos nos que desenvolvemos a nossa afetividade estejão rodeados e condicionados pelo consumo, até o ponto de desumanizar as nossas relações e converti-las num outro

consumo. Para chegar a este ponto é necessário ocultar este estado de precariedade global, o que se faz com uma maquinaria de ideologização selvagem que atua desde o primeiro momento das nossas vidas, desde a escola até o TV, e criando um falso modelo para o operário, o da classe média, espécie de proto-burguesia que, paradoxalmente, quanto mais persiga mais se afastará dos seus interesses e necessidades reais em quanto que classe e indivíduo.

A perpetuação da sociedade de classes via amansamento do trabalhador

Deste jeito o Capital conseguiu apagar da mente dos operários a sua condição de classe explorada, conseguindo com a negação da mesma a tranquilidade para poder proceder à expansão ilimitada do capitalismo com o silêncio das pessoas que a vão padecer, que em todo caso centrarão suas demandas no âmbito salarial exclusivamente, dado que a espiral de consumo na que entraram nunca os deixará sair. Estas demandas económicas, atendíveis a mínimos níveis com facilidade, servi-rão para manter esta situação de desclassamento, ao tempo que farão mais forte o sistema, enquanto que seu fim será precisamente o consumo.

A superação pelo anarco-sindicalismo

O anarco-sindicalismo não pode cair na armadilha de agir meramente pelo incremento de salário. Embora deve ser uma reivindicação básica, não deve perder-se de vista que a finalidade do anarco-sindicalismo é revolucionária, não esquecendo as melhoras imediatas que antecipa a fase revolucionária e apor-tem para o maior bem-estar da operária. Aliás, há que ter em conta que o mais-valor não se expressa unicamente em termos monetários, mas também de tempo e de alienação.

Queremos dizer que será crucial ativar reivindicações laborais do tipo do descenso do horário de trabalho que permita mais tempo livre à operária e menor exploração, nas prestações sociais que se foram perdendo via convénios, etc, ao tempo que se trabalhe decididamente por uma cultura operária, orgulhosa de si como classe, que procure a superação da exploração capitalista em todos os amplos âmbitos nos que esta se dá, não apenas no económico, e asente desde já os princípios necessários para a construção da nossa alternativa ao Capital.

Historicamente esta foi a via seguida pelo anarco-sindicalismo, e hoje, nem envolta na imediatez da fumaça dos tempos de crise pode ser esquecida, sob pena de perder aquilo que nos diferencia e que nos coloca em melhor posição para combater o Capital.

CNT - Compostela

Porto Trabalhadores da STCP em luta por melhores condições de trabalho

Desde 22 de Agosto que os trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) lutam contra horários de trabalho penosos e pelo pagamento de horas extra motivadas por alterações nos percursos, através de greves e concentrações frente à sede da empresa, na Torre das Antas.

Porto Trabalhadores da Auto Sueco reclamam actualização dos salários

Os trabalhadores do Grupo Auto Sueco têm vindo a reclamar, através de greves e concentrações frente à sede da empresa, a actualização das remunerações, negada pela empresa que, entretanto, não se «esquece» de aumentar o custo das refeições...



Aveiro Retaliações na CP contra trabalhadores que fizeram greve

Os trabalhadores ferroviários do sector de revisão da CP, em Aveiro, que fizeram uma greve de 48 horas, foram substituídos por revisores de outros locais da CP, por exemplo de Coimbra. A CP pretende também transferir revisores de Aveiro para o Porto, continuando estes a residir em Aveiro. Para a CP, trata-se apenas de uma «gestão de escalas». Isto mostra bem que liberdade sindical existe em Portugal nos tempos que correm...

S. João da Madeira Salários em atraso na Califa

Cerca de 200 trabalhadores da fábrica têxtil Califa, em fins de Setembro ainda aguardavam pelo pagamento dos ordenados de Agosto e do subsídio de férias, recorrendo a concentrações de protesto à porta da fábrica e ameaçando entrar em greve.

Sta. Maria da Feira A Rohde entra em lay-off e insolvência

A Rohde, que é a maior empregadora da indústria do calçado em Portugal, previa entrar em lay-off no mês de Setembro e pedir a insolvência, o que ameaça decisivamente atirar para o desemprego os seus 984 trabalhadores.

Viana do Castelo A Raquetes Confecções fecha as portas

A Raquetes Confecções, de Cardielos, Viana do Castelo, fechou abruptamente as portas em 6 de Outubro, sem qualquer justificação, surpreendendo os seus 55 trabalhadores quando estes se preparavam para entrar ao serviço. Ao que parece, «fecha» para reabrir com outra designação e outro «dono»... O recurso a

Notas breves



falências fraudulentas é um dos muitos expedientes utilizados pelo patronato para se «livrarem» de trabalhadores com alguma antiguidade e direitos adquiridos, substituindo-os por outros em situação bem mais precária e baixas remunerações. Claro que se pode argumentar sobre a ilegalidade desta actuação da Raquetes Confecções, mas sem uma recusa directa do fecho das instalações nada se conseguirá pois, como se sabe, as leis «laborais» não são feitas para proteger quem trabalha.

Covilhã A Avri prepara-se para encerrar

A fábrica de confecções Avri, sediada no Parque Industrial do Canhoso, Covilhã, vai encerrar, alegando a administração da empresa não ter condições para manter a fábrica em funcionamento nem dinheiro para pagar indemnizações, e não dispor de quaisquer meios para além do próprio património da empresa. Esperemos que os seus 98 trabalhadores tomem, desde já, a decisão de impedir qualquer entrada e saída nas instalações da Avri para, pelo menos, garantir que o património desta não desaparecerá entretanto, em vez de acreditar que um qualquer administrador de falência ou uma qualquer assembleia de credores venha a dar-lhes, um dia, aquilo que por direito lhes pertence.



Guimarães A Supercamiseiros não paga salários e despede 51 trabalhadoras

A Supercamiseiros, Confecções, Ldª, em Brito, Guimarães, despediu em 21 de Setembro as suas 51 trabalhadoras (a quem já devia dois meses de ordenados e 200 horas de trabalho extraordinário) e entrou em processo de insolvência. Dizem as trabalhadoras que tinham adiado as férias para Setembro para a fábrica entregar encomendas dentro dos prazos, mas quando regressaram encontraram as portas fechadas. Novamente uma situação em que a mera actuação legal pouco ou nada poderá trazer para os trabalhadores, a não ser assegurarem a permanência do património na fábrica, se não tiver sido retirado do local enquanto aceitaram ir de férias...

Vila do Conde A Quimonda despede mais 590 (ou 490?) trabalhadores

O plano de «recuperação» da Quimonda soma e segue: a 13 de Outubro foram anunciados mais 590 trabalhadores despedidos (no dia seguinte passavam a 490)... Dos 1.637 trabalhadores da Quimonda em Janeiro deste ano, como noticiámos no nº 32 do Boletim Anarco-Sindicalista, a administração desta empresa de semi-condutores começou por não renovar os contratos a prazo, o que atingiu 300 trabalhadores, e suspendeu os contratos de trabalho a outros 800. A Quimonda ultrapassa agora os 1.300 trabalhadores despedidos e, considerando as rescisões «amigáveis» de contrato de trabalho que já houve, restarão na empresa, por enquanto, cerca de 250 trabalhadores.

Como então já tínhamos referido, de reunião em reunião, de negociação em negociação, de plano de «recuperação», a Quimonda vai-se descartando dos seus trabalhadores e prepara-se para reaparecer, com novo nome e mão-de-obra mais barata, ou seja, fecha e reabre com custos de mão-de-obra muito inferiores, se possível nas mesmas instalações e com chorudos apoios do Estado. E tudo isto se passa sem que haja qualquer reacção efectiva de protesto, ou de solidariedade com os trabalhadores despedidos, por parte dos trabalhadores que vão ficando na empresa...

Sta. Iria da Azóia A Saint-Gobain em risco de fechar

Os trabalhadores da Saint Gobain Glass Portugal, empresa produtora de chapa de vidro, em lay-off há quase seis meses, têm realizado plenários para encontrar soluções para a sua situação, pois deveriam ter regressado ao trabalho em Outubro. Num dos plenários, efectuado em 8 de Outubro, alguns trabalhadores ainda propuseram fechar os portões da fábrica para impedir a entrada e saída de camiões, mas essa proposta não foi avante e foi marcado novo plenário para 15 de Outubro. De plenário em plenário...

AIT - SP

Militares fóra dos nossos montes

A Sección Sindical Forestal da CNT expresa a súa repulsa e disconformidade coa presenza nos nosos montes dos corpos do Exército de Terra (E.T.), e da Unidade Militar de Emerxencias (U.M.E.).

A función de disuasión, e totalmente estúpida e fora de lugar, dado que non nos atopamos en estado de guerra, nin en estado de excepción. Este corpo militar non colabora coas labores de extinción, nin cos bombeiros e bombeiras forestais, nin coas labores de vixiancia.

Sería moitísimo mellor que o que lles pagan por estar patrullando entre bares e asfalto ao longo do verán se aplicara en melloras cara o persoal que realmente está involucrado e se xoga o tipo nos montes.

CNT - Compostela

Publicações da CNT - Compostela

Leandro Pita O anarquista

Leandro Pita elabora um pequeno quadro costumista e agrarista que vem apresentar de maneira estereotipada e condensada diversas situações e personagens que na altura dos anos 20 estavam em todos os debates agraristas e operários: a figura do cacique, a necessidade da educação para as classes populares, o pagamento de rendas e a libertação de terras de mãos mortas, o ascenso do pequeno camponês proprietário à incipiente burguesia comercial, o uso da violência revolucionária... Originalmente publicada pela editorial Lar em 1924, reeditamos esta publicação, tão difícil de atostar hoje em dia, dado o seu grande valor à hora de fazer ver como o anarquismo era uma doutrina que estava viva e presente em todos os elementos do mundo cultural da altura, até no galeguismo socialmente mais moderado, e que permite visualizar em que maneira era percebido o potente movimento anarquista catalão desde a distância tanto física como ideológica.



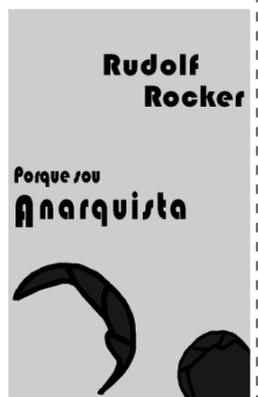
Voltairine de Clayre Fundamentos da ação direta

A anarquista americana, escritora feminista, teórica e ativista no tempo da revolta de Haymarket, faz na presente brochura uma defesa apaixonada do uso da ação direta através da história e no seu próprio tempo, um tempo de duras revoltas operárias e feministas, nas que a atividade sindical era paga com a morte. É ainda hoje que sindicalistas são mortos em muitas partes do mundo. É ainda hoje que não se acadou nem a dignificação do trabalho em toda a parte, é ainda hoje que as mulheres sofrem mais do que ninguém a violência da exploração capitalista. É ainda hoje que a desobediência civil e a ação direta são formas de luta imprescindíveis.



Rudolf Rocker Porque sou anarquista

Recolhem-se na presente brochura quatro artigos do mais destacado teórico anarquista alemão. «Porque sou anarquista» é uma declaração da ideologia e atitude vital do autor. Em «Marx e as ideias libertárias» faz uma crítica à falta de honestidade intelectual do comunista alemão, ao tempo que assinala a grande dívida de Marx com os socialistas utópicos, a quem logo desprezaria com virulência. «O sistema dos soviets e a ditadura do proletariado» descobre o carácter intrinsecamente burguês da ditadura do proletariado e da revolução russa. Em «O papel dos sindicatos na construção do socialismo» destaca o papel fundamental do anarco-sindicalismo como resposta imediata ao capital e sua importância na articulação duma sociedade livre.



As publicações da CNT - Galiza podem consultar-se de balde na www.cntgaliza.org, secção «Ateneu Virtual»

O problema actual do transporte: Posíbeis solucións

Ven da página 8

- O sector da construción segue medrando, e os traballadores que este sector necesita chéganlle ao patrón (o gran accionista) cada vez máis rápido e máis barato.

- Posibilita a nosa conversión en insectos (é unha constatación científica sobre a que hai bibliografía e mesmo documentos audiovisuais), que é a finalidade última do sistema.

- Fai todo máis sinxelo, máis eficaz, máis comprensíbel. Os demais non existen, o mundo é un sofá global. Non importa que destruan aquí, porque o importante é estar alá.

Os argumentos son de peso, non se pode negar. Moitas son as vantaxes que proporciona. A cuestión é ¿para quen son esas vantaxes?

Falemos agora da nosa alternativa.

Se ben este artigo incluía aquí unha longa lista de beneficios da alfombra voadora para demostrar que esta é a alternativa perfecta á teletransportación por carecer de efectos secundarios nocivos, o problema do espazo neste periódico e do exceso de lirismo no artigo aconsellaron á redacción eliminalos.

RP - CNT-A Coruña

Solidariedade com os 11 de Lisboa

Procede da página 1

mente anti-autoritário e anticapitalista, a policía não pôde fazer mais, no entanto, face à adesão popular à mesma, do que seguir o seu trajecto.

O percurso terminou no Largo de Camões, que foi ocupado por centenas de manifestantes.

Um grupo de 150 manifestantes, animado pelo sucesso da manifestação, cometeu a imprudência de voltar a descer o Chiado em direcção ao Rossio. Quando se encontravam na Rua do Carmo, o Corpo de Intervenção da Polícia de Segurança Pública (PSP) e várias policías à paisana cortaram a via de ambos os lados e, sem qualquer aviso prévio ou ordem de dispersão, começaram a carregar sobre os manifestantes. Não houve qualquer intenção de dispersar a manifestação, pelo contrário, a policía quis atacar e espancar os manifestantes. Os que caíram no chão continuaram a ser brutalmente golpeados, à bastonada e ao pontapé. Outros foram perseguidos pelas ruas limítrofes e nem meros transeuntes ou turistas escaparam à violência policial.

Um contingente de mercenários do Estado tomou de assalto as ruas da Baixa, no dia em que simbolicamente se comemorava

a queda da ditadura fascista em Portugal. Certamente, para não restarem dúvidas sobre a verdadeira face da democracia.



Para justificar a brutal actuação da policía neste dia simbólico, ilegal segundo as próprias leis do Estado, o Comando da PSP orquestrou uma campanha de desinformação através dos meios de comunicação social, divulgando falsas informações sobre perigosos radicais armados com paus e barras de ferro (as hastes das bandeiras), que teriam agredido transeuntes (os únicos que tal fizeram foram os policías) e se preparariam para incendiar as lojas da Baixa com cocktails molotov, o que só não teria acontecido devido à pronta intervenção da policía, que teria seguido, como sempre, os princípios da «legalidade, proporcionalidade e adequação».

Onze manifestantes foram detidos durante a carga policial e são agora acusados de agressões e injúrias contra os mesmos policías que, na verdade, os agrediram.

Apelamos à solidariedade com estas onze pessoas face à farsa judicial que, em Dezembro, terá lugar no Tribunal do Parque das Nações, em Lisboa.

AIT-SP



**AMADEU CASELLAS
LIBERDADE**

Amadeu Casellas é un preso anarquista que leva máis de vinte e dous anos na cadea, acusado de participar, nos anos setenta e oitenta, en atracos a bancos para financiar loitas obreiras.

Apesar de reunir todas as condicións para a súa posta en liberdade (ter cumpridas tres cuartas partes da súa condena, estar clasificado no terceiro grau, e levar máis tempo en prisión do permitido pola lei española), non lle conceden a liberdade. Por iso, emprendeu varias campañas de folga de fame nos últimos meses co obxectivo de chamar a atención sobre a súa situación e de facer presión para obter a liberdade. Desde hai un ano, estivo máis de 200 días (de 365) en folga de fame. Agora iniciou tamén unha folga de sede, o que acelerará o deterioro do seu organismo até a morte, de non ser posto en liberdade.

CNT-Compostela



Unha presentación

Esta é unha publicación certamente excepcional: son moi escasos os experimentos de comunicación e coordinación entre traballadoras e traballadores de zonas correspondentes oficialmente a países diferentes. Non ocorre así entre os empresários, políticos, explotadores varios: eles levan séculos aproveitando as fronteiras criadas por eles mesmos para sacar maior rendimento ao seu diñeiro. Os traballadores e traballadoras só recorreremos ao paso desas fronteiras para fuxir da miséria na nosa terra. Vai sendo tempo de que as tornas cámbien, e que nós usemos as posibilidades que nos ofrece a semellanza lingüística, cultural, territorial e histórica entre a Galiza e Portugal para proveito dos traballadores e traballadoras.

Non vai ser un camiño doado. Levamos moitos séculos de desconfianza e ignorancia mútua, cando non de guerra directa, provocados polos intereses das clases altas. Só recentemente asistimos a un grande cámbio nas mentalidades, e cada vez que un galego ou un portugués cruzan agora aquela vella fronteira inzada de fortalezas, fortíns, gardas civís e gardiñas achegámonos un pouco máis a unha realidade que @s anarcosindicalistas levamos un século proclamando: os traballadores e traballadoras somos iguais en todas partes, somos seres humanos explotados, controlados, dominados e, sobre todo, divididos e manipulados por outros seres humanos dentro dun sistema social, político e económico que aproveita a nosa división para dominarnos máis eficazmente.

Comezamos este longo derrubamento do invisíbel muro no que fomos encerrados cun pasiño modesto: unha publicación conxunta na que todos e todas aprenderemos das nosas semellanzas e diferenzas e, sobre todo, de como podemos loitar xuntos por un mundo mellor.

CNT- A Coruña

Anarco-Sindicalistas Sérvios detidos por «Terrorismo Internacional»

No início de Setembro foram detidos seis membros e colaboradores da ASI (Iniciativa Anarco-sindicalista, sección sérvia da Asociación Internacional dos Traballadores), acusados de envolvimento num ataque com cocktails molotov à Embaixada Grega em Belgrado, a 25 de Agosto, em solidariedade com o anarquista Theodoros Iliopoulos, que foi detido nas revoltas de Dezembro de 2008 na Grécia e esteve em greve de fome durante 49 dias.

O ataque à embaixada, que causou danos insignificantes (uma racha numa janela e uma pequena marca de queimadura na fachada, sendo também pintado um graffiti), foi assumido pelo grupo anarquista 'Crni Ilija' e pelo menos um dos detidos Ratibor Trivunac negou publicamente o seu envolvimento, quando surgiram nos media as primeiras notícias incriminatórias. Contudo, a justiça sérvia classificou a acção como «terrorismo internacional» (o que pode dar uma pena de prisão de 3 a 15 anos!) e apressou-se a deter estes companheiros: **Ratibor Trivunac, Tadej Kurep, Ivan Vuloviae, Sanja Dojkiae, Nikola Mitrovic e Ivan Saviae**.

Logo após o ataque contra a Embaixada da Grécia em Belgrado, o presidente sérvio Boris Tadic apressou-se a pedir desculpas ao embaixador grego (a Grécia é o principal investidor da economia sérvia) assegurando-lhe que «o Estado sérvio faria tudo o que fosse possível para identificar e punir adequadamente os responsáveis pelo ataque». Na verdade, esta declaração significava que encontrariam bodes expiatórios a todo o custo, e os companheiros da ASI, que têm vindo a trabalhar activa e publicamente pela auto-organização das lutas sociais em crescendo nos Balcãs, tornaram-se os alvos ideais.

Lembremos que, em Fevereiro de 2008, após a declaração de independência do Kosovo, a Embaixada dos EUA foi incendiada por nacionalistas sérvios, sem que estes tenham sido acusados de «terrorismo». Lembremos também que, já em Setembro deste ano, activistas do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros) foram impedidos de realizar uma marcha em Belgrado, com as autoridades a comunicarem-lhes que não só não garantiriam a segurança dos participantes, como os responsabilizariam por todos os danos causados, inclusive por grupos fascistas que os atacassem. É este mesmo Estado nacionalista e pró-fascista que acusa de «terrorismo» os nossos companheiros.

Neste contexto, pouco interessa se os companheiros detidos na Sérvia são «culpados» ou «inocentes». Acreditamos, tal como fizeram notar alguns anarquistas gregos numa declaração de solidariedade que «as lutas sociais não são legais nem ilegais: são justas». As manifestações de solidariedade com os companheiros sérvios vêm-se sucedendo em todo o mundo.

No início de Outubro, após um mês de detenção, o juiz encarregue do caso ordenou o prolongamento da prisão dos companheiros por mais um mês, enquanto «prosseguem as investigações».

É, portanto, muito importante, que continuemos a solidarizar-nos com os «6 de Belgrado», porque um ataque a um anarcosindicalista é um ataque a todos os explorados que lutam.

LIBERDADE IMEDIATA PARA OS COMPANHEIROS DETIDOS NA SÉRVIA!

Mais informação: <http://asi.zsp.net.pl/> e <http://asisolidarity.squat.gr/> **Petições online:** <http://asi.zsp.net.pl/free-the-anarchists/> e <http://jaen.cnt.es/>

O problema actual do transporte: Posíbeis solucións

Nun congreso «anarquista» brasileiro de fins dos oitenta (creo) a orde do día incluía un punto que me turbou. Tratábase de : interplanetarismo e teletransportação. Levo, desde que mo di-xeron, dándolle voltas ao asunto.

Se en principio pensei que a miña turbación se debía ao absurdo do tema, agora, co paso dos anos, sei que non era así.

Non asistín a ese Congreso, polo tanto, descoñezo o acordo tomado, cousa que nunca deixarei de lamentar. A pesar de ignorar en que termos se levou a cabo o debate e cales foron as conclusións, eu cheguei finalmente a unha: o estupor causado nun principio debíase, non ao tema en si, senón a que, tanto desde o punto de vista máis clásico como desde o máis posmoderno, o anarquismo ten que estar contra a teletransportación. Case debería formar parte dos nosos principios fundamentais. A teletransportación é esencialmente antianarquista.

Sei que se me achacará que é moi fácil poñerse en contra sen dar, ao mesmo tempo, unha alternativa ao problema actual do transporte. Pero a solución está aí: unha vez rexeitados os pés como medio de locomoción, a humanidade, de xeito natural, desde abaixo, creou o medio alternativo perfecto que os anarquistas debemos reivindicar. Isto é, (na

mente de todos está) a alfombravoadora.

O que afirmo non resultará novidoso a ninguén e, por demasiado obvio, será calificado por algúns de simplista. Pero penso que é necesario a estas alturas argumentar e facer ver a todos o que para nós é tan claro. Argumentemos, pois:

O mundo actual camiña apresuradamete cara á teletransportación porque esta:

- Permite que o tempo considerado útil (o do traballo asalariado, o do lucro de outros) se amplíe, reducindo o tempo de transporte e sumándollo ao horario de produción dos bens necesarios: cosméticos, pulseiras, roupa que non abriga, perfumes, armas, cámaras de vixilancia, panos de papel, máquinas de teletransportación, combustible para as máquinas de teletransportación...

- Permite estar en moitos sitios case ao mesmo tempo, podendo fuxir de aquí, que é o lugar odioso, para estar alá, que é o lugar ensoñado.

- Fai medrar o sector da construción pois, xa que podemos estar, case ao mesmo tempo, en varios lugares, necesitaremos unha segunda, terceira e cuarta residencia.

- Podemos, polo tanto, investir,

especie de rito iniciático que nos achega máis ao modelo de ser humano ideal: o gran accionista.

- Fai medrar tamén o sector servizos porque, se non queremos unha quinta residencia (que xa non desgrava na facenda), imos a un hotel.

- Impide que nos relacionemos cos outros, seres indignos ou, polo menos, sospeitosos. Podere-mos, por fin, pasar do sofá da primeira residencia ao local de traballo, do sofá da segunda residencia ao local de traballo, do sofá da terceira residencia,.... ao lugar de vacacións, (xa era hora!), alá, no hotel.

- Só necesita da existencia dunha lingua, o inglés, na que está redactado o manual da máquina de teletransportación.

- Como a coherencia entre medios e fins sempre se dá, mentres non aparece a máquina de teletransportación perfecta os seus prototipos achaián montañas, enchen vales, secan fontes, desvían ríos, amurallan aldeas... para que podamos desprazarnos a unha velocidade cada vez máis próxima á instantánea. Isto fai que cada vez nos sexa máis necesario teletransportarnos, porque aquí, é un lugar cada vez máis odioso, constituído só por infraestruturas para o transporte.

Segue na página 7